

Águas de Timon Saneamento S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Águas de Timon Saneamento S.A.
Timon - MA

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Timon Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Timon Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de janeiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wagner Petelin', written over a faint circular stamp or watermark.

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Águas de Timon Saneamento S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	Passivos	Nota	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	95	Fornecedores e empreiteiros	9	1.747
Aplicações financeiras	5	30.343	Debêntures	10	1.278
Contas a receber de clientes	6	3.360	Obrigações trabalhistas e sociais		698
Estoques		479	Obrigações fiscais		433
Ativo fiscal corrente		26	Outras contas a pagar	11	10.589
Adiantamento a fornecedores		352			
Outros créditos		18	Total do passivo circulante		14.745
Total do ativo circulante		34.673	Debêntures	10	54.034
			Outras contas a pagar	11	9.762
Ativos fiscais diferidos	17	1.898	Total do passivo não circulante		63.796
Total do realizável a longo prazo		1.898	Patrimônio líquido	12	
			Capital social		1.773
Intangível	8	39.806	Prejuízo acumulado		(3.937)
Total do ativo não circulante		41.704	Patrimônio líquido		(2.164)
			Total do passivo		78.541
Total do ativo		76.377	Total do passivo e patrimônio líquido		76.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração de resultados

Período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015
Receita operacional líquida	13	15.394
Custos dos serviços prestados	14	<u>(13.652)</u>
Lucro bruto		<u>1.742</u>
Despesas administrativas e gerais	15	<u>(6.292)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(4.550)</u>
Receitas financeiras	16	398
Despesas financeiras	16	<u>(1.683)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(1.285)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(5.835)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>1.898</u>
Prejuízo do período		<u><u>(3.937)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015
Prejuízo do período	<u>(3.937)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(3.937)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 21 de janeiro de 2015 (data da constituição)		-	-	-
Integralização de capital social	12	918	-	918
Aumento de capital social	12	855	-	855
Prejuízo do período		-	(3.937)	(3.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>1.773</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(2.164)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes dos impostos	(5.835)
Ajustes para:	
Amortização	598
Juros sobre debêntures	1.470
Juros sobre aplicações financeiras	(342)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.518
	<u>(2.591)</u>
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) / Diminuição dos ativos	
Contas a receber de clientes	(4.878)
Estoques	(479)
Ativo fiscal corrente	(26)
Adiantamentos a fornecedores	(352)
Outros créditos	(18)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	
Fornecedores e empreiteiros	1.747
Obrigações trabalhistas e sociais	698
Obrigações fiscais	433
Outras contas a pagar	20.351
Juros pagos	<u>(1.893)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>12.992</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aplicações financeiras	(30.001)
Aquisição de intangível	<u>(40.280)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(70.281)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Debêntures captadas	63.111
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(7.500)
Integralização de capital social	918
Aumento de capital social	<u>855</u>
Fluxo de caixa provenientes das atividades de financiamento	<u>57.384</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>95</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 21 de janeiro	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>95</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>95</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Timon Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Timon, Maranhão. A Companhia foi constituída em 21 de janeiro de 2015 com a denominação de Águas de Timon Saneamento Ltda. Em 30 de junho de 2015, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações e alteração da razão social para a atual. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em maio de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de Timon, obtido mediante participação de concorrência pública nº 004/2014 e processo licitatório nº 036/2014 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições, outorgados pelo município de Timon, Estado do Maranhão, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de serviços de abastecimento e fornecimento de água potável e saneamento básico, com cobrança de tarifas, em áreas urbanas mediante permissão ou concessão do serviço público, conforme processo licitatório.

Em 31 de dezembro de 2015, a controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Considerando o processo natural de maturidade do negócio e de suas operações, a Companhia encerrou seus resultados em 31 de dezembro de 2015 com prejuízo superior ao seu capital social em R\$ 2.164. A Companhia possui o nível necessário de apoio financeiro de sua controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A. para que possa continuar com suas operações e cumprir suas obrigações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de janeiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item m.
- Intangível em andamento

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

h. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem essencialmente despesas com juros e encargos sobre empréstimos. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração de infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de

janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2015
Bancos conta movimento	<u>95</u>
	<u><u>95</u></u>

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2015
Aplicações pós-fixada	98,1% a 107% do CDI	outubro/2017 a novembro/2020	<u>30.343</u>
			<u><u>30.343</u></u>

As aplicações pós-fixadas, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2015
Serviços de faturamento de água	4.878
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.518)</u>
	<u>3.360</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Classe de consumidor	Saldos vencidos			Total	Total 2015
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias		
Residencial	2.006	2.227	215	2.442	4.448
Comercial	83	88	4	92	175
Setor público	<u>73</u>	<u>38</u>	<u>4</u>	<u>42</u>	<u>115</u>
Subtotal consumidores	2.162	2.353	223	2.576	4.738
Renegociações	-	-	-	-	<u>140</u>
					<u>4.878</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	2015
Residencial	(1.464)
Comercial	(28)
Setor público	<u>(26)</u>
	<u>(1.518)</u>

A Administração tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.295.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 342 registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo naquela data, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2015</u>
	Passivo
Passivo circulante	
Fornecedores (nota explicativa nº 9) (a)	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	58
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	30
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	<u>38</u>
	<u>126</u>
Aquisição de ativo intangível no exercício (a) e (b)	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	2.000
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	134
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	<u>24</u>
	<u>2.158</u>
Resultado do exercício (a)	
Custo dos serviços prestados	
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	<u>93</u>
	<u>93</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	119
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	<u>114</u>
	<u>326</u>
	<u>419</u>

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e repasse de gastos administrativos da Controladora Aegea Saneamento e Participações S.A.
- (b) O valor refere-se a adiantamento para aquisição associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestados pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	2015		
				Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de Concessão	30	29	3,4%	28.181	(537)	27.644
Instalações técnicas de saneamento	29	28	3,4%	4	-	4
Edificações de estações de tratamento	de 15 a 25	de 15 a 24	5,6%	6	-	6
Máquinas e equipamentos	de 03 a 29	de 2 a 29	8,9%	220	(18)	202
Outros componentes	de 03 a 29	de 02 a 29	9,0%	393	(14)	379
				28.804	(569)	28.235
Intangível em andamento						
Intangível em andamento				6.423	-	6.423
Adiantamento a fornecedores				5.000	-	5.000
				11.423	-	11.423
Software						
Licença de uso de software	3	de 02 a 03	33,3%	177	(29)	148
				177	(29)	148
				40.404	(598)	39.806

b. Movimentação do custo

Ativo	2015			
	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de Concessão	28.181	-	-	28.181
Instalações técnicas de saneamento	4	-	-	4
Edificações de estações de tratamento	-	-	6	6
Máquinas e equipamentos	215	-	5	220
Outros componentes	391	-	2	393
	28.791	-	13	28.804
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	6.436	-	(13)	6.423
Adiantamento a fornecedores	5.000	-	-	5.000
	11.436	-	(13)	11.423
Software				
Licença de uso de software	177	-	-	177
	177	-	-	177
	40.404	-	-	40.404

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de Concessão	(537)	(537)
Instalações técnicas de saneamento	-	-
Edificações de estações de tratamento	-	-
Máquinas e equipamentos	(18)	(18)
Outros componentes	(14)	(14)
	(569)	(569)
Software		
Licença de uso de software	(29)	(29)
	(29)	(29)
	(598)	(598)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

Os juros sobre empréstimos capitalizados na rubrica intangível em andamento, no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 124 e uma taxa média de 17,13% a.a.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2015
Fornecedores de materiais e serviços	1.621
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	126
	1.747

10 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	2015
Debêntures TR (ponte)	TR + 11,75% a.a.	Out/2018	29.000	29.611
Debêntures CDI (ponte)	CDI + 2,00% a.a.	Out/2018	26.000	25.701
				55.312
Circulante				1.278
Não circulante				54.034

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais das debêntures não circulantes:

	2015
2018	54.034

Em 27 de outubro de 2015, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 5.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 55.000. Estas debêntures têm vencimento em 27 de outubro de 2018, com amortização de principal feita em uma única parcela no vencimento.

A interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 966, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes as debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

11 Outras contas a pagar

	2015
Direito de outorga a pagar (i)	17.052
Parcelamento Cemar (ii)	3.272
Agência de regulação	<u>27</u>
	<u>20.351</u>
Circulante	10.589
Não circulante	9.762

- (i) O saldo refere-se ao pagamento de outorga ao município de Timon/MA referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão, conforme edital de concorrência pública nº 004/2014, processo nº 036/2014 e contrato de concessão assinado em janeiro de 2015. Os valores serão pagos mensalmente em moeda corrente de acordo com os vencimentos, R\$ 10.052 em 2016, R\$ 3.500 em 2017, R\$ 3.500 em 2018.
- (ii) O saldo refere-se a dívida assumida pela Companhia junto a Companhia Elétrica do Maranhão S.A. - Cemar, no momento do ganho da concessão conforme edital de concorrência. O débito foi parcelado com vencimentos fixos mensais até abril de 2022.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de janeiro de 2015 a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou o montante de R\$ 918 representado por 918.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de setembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., concede crédito de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no montante de R\$ 855, a ser integralizado em até 180 dias.

Em 30 de dezembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital social da Companhia através da capitalização dos créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no valor de R\$ 855, totalizando R\$ 1.773 de capital social representado por 1.773.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015 os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2015
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>
Total	<u><u>100,00%</u></u>

13 Receita operacional líquida

	2015
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	10.721
Outros serviços indiretos de água	254
Receitas de construção	<u>6.436</u>
	<u>17.411</u>
Deduções da receita bruta	
Impostos sobre serviços e cancelamentos	<u>(2.017)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>15.394</u></u>

14 Custos dos serviços prestados

	2015
Pessoal	1.293
Conservação e manutenção	17
Serviços de terceiros	202
Materiais, equipamentos e veículos	444
Amortização	598
Custo de concessão	154
Custo de construção	6.436
Energia elétrica	4.242
Produtos químicos	50
Locação	168
Outros	<u>48</u>
	<u><u>13.652</u></u>

15 Despesas administrativas e gerais

	2015
Pessoal	2.443
Serviços de terceiros	628
Materiais, equipamentos e veículos	217
Energia elétrica	9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.518
Seguros	30
Viagens e estadias	318
Impostos taxas e contribuições	23
Locação	357
Publicidade e propaganda	238
Outras	511
	<hr/> <hr/> 6.292

16 Despesas financeiras líquidas

	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	342
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	56
	<hr/>
Receitas financeiras	398
Juros sobre debêntures	(1.470)
Despesas e comissões bancárias	(178)
Outros	(35)
	<hr/>
Despesas financeiras	(1.683)
Despesas financeiras líquidas	(1.285)

17 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em têm a seguinte origem:

	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	440
Provisão para participação nos lucros	124
Ajuste a valor presente	2
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>1.395</u>
Ativo fiscal diferido	<u>1.961</u>
Ajustes RTT - capitalização de juros	(42)
Ajustes RTT - custo de transação	(21)
Passivo fiscal diferido	<u>(63)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u><u>1.898</u></u>

18 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2015
Caixa e equivalentes de caixa	95
Aplicações financeiras	30.343
Contas a receber de clientes	3.360
Outros créditos	18
Total	33.816

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Fluxo financeiro - 2015		
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	95	95	-
Aplicações financeiras	30.343	30.343	-
Contas receber de clientes	3.360	3.360	-
Outros créditos	18	18	-
Total	33.816	33.816	-
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	1.747	1.747	-
Debêntures	82.881	8.807	74.074
Outras contas a pagar	20.351	10.589	9.762
Total	104.979	21.143	83.836

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil
	2015
Instrumentos de taxa variável	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	30.343
	30.343
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Debêntures	55.312
	55.312

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	30.343	Variação do CDI	13,24%	4.017	5.021	6.026	3.013	2.009
2 - Passivos financeiros								
Debêntures	(29.611)	Variação da TR	1,25%	(370)	(463)	(555)	(278)	(185)
Debêntures	(25.701)	Variação do CDI	13,24%	(3.403)	(4.254)	(5.105)	(2.552)	(1.702)
1 + 2		Efeito		244	304	366	183	122

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	95	-	95
Aplicações financeiras	5	30.343	-	-	30.343
Contas a receber de clientes	6	-	3.360	-	3.360
Outros créditos		-	18	-	18
Total		30.343	3.473	-	33.816
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	1.747	1.747
Debêntures	10	-	-	55.312	55.312
Outras contas a pagar	11	-	-	20.351	20.351
Total		-	-	77.410	77.410

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos é demonstrado abaixo:

Passivos	2015	
	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	55.312	67.195

O valor justo de debêntures foi calculado projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras e o valor justo das debêntures são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

19 Compromissos vinculados a contratos de concessão

O Contrato de Concessão firmado em janeiro de 2015 prevê as principais metas específicas: (i) cobertura da rede de distribuição de 100% de água potável a partir do ano 1º ano (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos a partir do 2º ano de 36%, até o 3º ano atingir 40%, no 4º ano em diante aumentar a cobertura em 10% ao ano, até o 9º ano atingir a meta de 100% e manter esse índice até o 30º ano.

Além das metas descritas, a Concessionária deverá efetuar os pagamentos relativo a outorga da concessão conforme valores e condições mencionados na nota explicativa nº 11 - Outras contas a pagar.

Todos os compromissos e investimentos contratuais assumidos pela Companhia foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015 mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

Diretoria

Radamés Andrade Casseb

Renato Medicis Maranhão Pimentel

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS-010387/O-5S MA